

IDEOLOGIAS DE GÊNERO E EMBATES HEGEMÔNICOS: (RE)PENSANDO FRONTEIRAS FICTÍCIAS ENTRE EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA

SILAS VELOSO DE PAULA SILVA

Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco. PETiano egresso do grupo PET-Encontros sociais (UFPE). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Membro do Grupo de Pesquisa Discurso, Subjetividades e Educação (CE/UFPE). Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). E-mail: silasvelosocontato@outlook.com.br.

PRISCYLLA KAROLLYNE GOMES DIAS

Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Educação (UFPE/PPGEDU), em que foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Membro do Grupo de Pesquisa Discurso, Subjetividades e Educação (CE/UFPE). Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: priscylla27@hotmail.com.

ISABELLA COSTA ALVES NARA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas em raça, gênero e sexualidade Audre Lorde - UFRPE. Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Metropolitana do Grande Recife. Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de recortes de dois processos de pesquisa em andamento que analisam o sintagma neológico¹ “ideologia de gênero” como um “campo discursivo” em que discursos políticos e religiosos disputam e/ou negociam concepções de educação e sociedade. De forma transnacional e em seu caráter anti-gênero, tal sintagma pode ser caracterizado como um *elemento*² que se articula às demandas políticas (neo)liberais e (neo)conservadoras, mobilizando *fantasias sociais* em busca de fixar uma *lógica social* cis-heteronormativa para as práticas sociais, especialmente no campo da educação. Já em seu sentido sociológico (KROSKA, 2005; HAMLIN, 2020; SILVA, 2020) ideologia de gênero é um conceito que se refere às concepções e crenças sobre os papéis de gênero na sociedade, o que reafirma a existência de ideologia(s) de gênero sempre em disputa, seja ela uma ideologia de gênero reacionária, feminista ou liberal, por exemplo.

As instituições de ensino, de modo geral, têm sido os principais campos de atuação e mobilização do sentido anti-gênero da “ideologia de gênero”, por meio da reiteração de fantasias como a que é advogada pelo Argentino Jorge Scala (2015), ao difundir que a “ideologia de gênero” seria (im)posta nas instituições de ensino por professores/as militantes que supostamente manipulam estudantes com vistas a atingir uma doutrinação para a reengenharia social a partir de pseudo-antropologias de cunho feminista alinhadas ao *marxismo cultural*.

- 1 Podemos compreender melhor essa discussão através do conceito de *neologia lexical* ou sintagmática. Se trata do estudo da criação das palavras ou conjunto de palavras, de seu surgimento, de sua mobilização, difusão e produção dentro de processos históricos específicos. Isso requer uma discussão mais profunda acerca de análises e produções de sentido no campo da sociolinguística, o que não caberia aqui dado os limites deste trabalho.
- 2 Conforme Silva (2020), a “ideologia de gênero” pode ser analisado como um elemento discursivo articulado transnacionalmente, que se explica a partir de alinhamentos teóricos provenientes da Teoria do Discurso (TD) em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), na qual os discursos se constituem a partir de articulações emergentes de formações discursivas já existentes. No contexto de uma formação discursiva, os autores pontuam que articulação seria “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos, de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória”; o discurso, por sua vez, seria a “totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória” e os elementos, como caracterizamos a “ideologia de gênero”, seriam “toda diferença não discursivamente articulada”. (LACLAU E MOUFFE, 2015, p.178).

De acordo com Glynos e Howarth (2018), a fantasia tenta compreender aspectos relacionados ao prazer ou desejo do sujeito. Para a elaboração da categoria de análise “fantasia”, os autores apreendem as contribuições do entendimento de Lacan a respeito do *gozo*. Para o psicanalista francês o gozo deveria ser compreendido para além da simples excitação do sujeito, também incluindo, em seu escopo teórico, a ideia de prazer na dor. Destarte, *fantasia* não se confunde com falseamento do social, ou algo que se opõe à realidade dos sujeitos, mas o que estrutura os processos de identificação dos sujeitos.

Dessa forma, é do nosso interesse utilizar do conceito sociológico ideologia de gênero para discutir os discursos antagônicos às mobilizações anti-gênero a partir do fenômeno religioso denominado “igrejas inclusivas”. Localizamos as igrejas inclusivas dentro de “embates hegemônicos” (OLIVEIRA ; OLIVEIRA, 2018) acerca das concepções e crenças sobre o gênero e sexualidade em sociedade, o que interdiscursivamente também representam, ainda que precariamente, uma ideologia de gênero alternativa no campo cristão, deslocando os sentidos hegemônicos que atribuem papéis sociais aos corpos em sociedade através de concepções fundamentalistas de natureza e biologia.

Silva, Almeida e Dias (2020) questionam em que medida as igrejas inclusivas propõem a abertura de sentidos em torno da manifestação religiosa de pessoas LGBTQIA+. Isto porque, identificam que o conflito e o confronto discursivo entre religião e práticas dissidentes das estruturas heteronormativas e binárias também constituem aspectos de identificação, de reafirmação e de defesa de sujeitos LGBTQIA+ como pertencentes à comunidade religiosa cristã. Localizar a “ideologia de gênero” como elemento que articula os ambientes educacionais e acadêmicos com os ambientes religiosos é do nosso interesse no sentido de que as “igrejas inclusivas” também se localizam dentro de uma concepção de cristianismo, mas ao que parece, com uma proposta discursiva que rompe radicalmente com as lógicas discursivas anti-gênero.

Parte-se do pressuposto que ao tratar de educação e sexualidade, é preciso romper com as fronteiras imaginárias que por muito tempo têm negligenciado os processos de educação não-formais e atribuído exclusividade aos cenários escolares no que diz respeito às análises sobre como aprendemos, ensinamos e compartilhamos saberes em torno de gênero(s) e sexualidade(s), levando em consideração que o campo discursivo religioso tem exercido papel fundamental nas disputas em torno dos

debates e discussões sobre gênero(s) e sexualidade(s) nos espaços escolares e universitários brasileiros.

Dessa forma, temos como objetivos discutir: (1) Como a “ideologia de gênero” (em seu sentido anti-gênero) se trata de uma articulação entre grupos neo(conservadores) e neo(liberais) o que a caracteriza como um elemento de um discurso “universalizante” de educação; (2) Como o discurso da “ideologia de gênero” em seu sentido anti-gênero mobilizam fantasias sociais e (3)

Como igrejas inclusivas podem representar discursos antagônicos aos grupos anti-gênero a partir de suas concepções (ideologias) de gênero e sexualidade e de educação.

2. METODOLOGIA

A construção de uma pesquisa situada na abordagem discursiva e pós-estruturalista considera que tanto a ciência quanto a realidade são construções discursivas. Isso significa que há um campo de linguagem e de símbolos próprios agenciando a experiência dos sujeitos, não estando quem propõe a pesquisa fora desse espaço discursivo da produção de conhecimento. Neste sentido, é importante utilizar a abordagem discursiva na pesquisa como forma de compreender a emergência de discursos que estruturam a realidade social, não objetivando a superação dos problemas que motivam a investigação de pesquisa (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013; OLIVEIRA, 2018).

Acerca da “ideologia de gênero” em seu sentido anti-gênero, nos utilizamos de uma rebuscada pesquisa bibliográfica e de resultados obtidos durante um processo de pesquisa iniciado em 2018. Buscamos dialogar com autores/as que vêm discutindo e apresentando resultados relacionados às investigações sobre a “Ideologia de Gênero” além de conceitos como os de “hegemonia” e “ideologia” que em consonância com a Teoria Política do discurso se tornam peças-chaves para compreender as articulações antigênero enquanto fenômenos sociais, inseridos na onda ultraliberal e conservadora, que segundo Neto e Campos (2017) desde a década de 1990 (em forma de neoliberalismo) têm provocado impactos na educação básica e superior. Segundo Neto e Campos (2017), Marrach (1996) ressalta objetivos relacionados à retórica neoliberal referente ao papel estratégico da educação. Neste trabalho estamos focando em um deles, que é o de: “Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à

ideologia dominante” (MARRACH, 1996, p. 46-48 *apud* NETO; CAMPOS, 2017, p. 10994).

No contexto de nosso debate sobre “ideologia de gênero” na educação, o religioso e o político se articulam dentro de um campo de discursividade onde impera a moralidade cristã hegemônica acerca das questões de gênero e sexualidade. A partir da “abordagem das lógicas” em Glynos e Howarth (2007), nos foi possível identificar como algumas fantasias mobilizam e alimentam a difusão da “ideologia de gênero”.

Fizemos isso a partir da identificação e descrição de: (1) uma *lógica social* da família tradicional nuclear; (2) *lógica política* anti-gênero e *lógica fantasmática*³ da (re)engenharia social.

Acerca da compreensão das igrejas inclusivas como discursos antagonônicos à “ideologia de gênero, nossos *corpus* de análise foram fragmentos reunidos de duas pesquisas realizadas no campo da problematização de práticas de identificação de sujeitos que perpassam aspectos da manifestação e do culto religioso no cenário da contemporaneidade⁴. Foi realizada portanto, uma análise de discurso francesa a partir do discurso de membros/as de “igrejas inclusivas” na cidade do Recife-PE. Neste caminho, concordamos com Lopes (2018) quando se refere ao paradoxo da produção de pesquisas no campo da educação a partir de uma perspectiva discursiva e pós-estruturalista: ao mesmo tempo em que precisamos produzir conhecimento sobre a realidade investigada, também temos enquanto dever ético contestar tal conhecimento sistematizado (LOPES, 2018). Tendo como referência essa elaboração enunciativa, compreendemos que atuar constantemente no questionamento sobre nossas considerações de pesquisa condiz com a possibilidade da produção de outro imaginário pedagógico que se insere, por sua vez, na construção de novos centros de poder.

3 Segundo Oliveira, G. (2018), o conceito de lógicas fantasmáticas é “desenvolvido particularmente por Glynos e Howarth (2007) – a partir do modelo laciano de fantasia – para buscar aprofundar a reflexão sobre o que Laclau (2013, p. 160) identifica como a força que mobiliza e torna possíveis as operações significantes, que está relacionada à dimensão do afeto ou do (gozo)”. (OLIVEIRA, G., 2018, p.198).

4 As duas pesquisas foram realizadas com o financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizando enquanto movimentos de investigação a análise em torno de artefatos discursivos como vídeos, cartazes, letras de músicas, gravações de áudio das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes, análise de hinos evangélicos, dentre outros.

3. RESULTADOS

Quando nos referimos aos grupos anti-gênero, estamos tratando dos grupos que por meio de uma *relação de equivalência*, negociam e articulam também as suas diferenças, na busca de hegemonizar concepções morais/religiosas/fundamentalistas associadas às demandas e interesses políticos transnacionalmente. Correa e Kalil (2020) sinalizam esse processo de articulação como uma espécie de intersecção entre a re(politização) conservadora do campo religioso cristão e a penetração continuada do neoliberalismo como gestão da economia e seus efeitos sobre a vida política e as subjetividades. Sendo assim, nos opomos à diferenciação de uma fronteira entre o que é estritamente religioso e o que é estritamente político, no sentido de que as práticas religiosas compõem objetivamente os debates e as resoluções da vida social.

Percebemos que na difusão e mobilização dos discursos anti-gênero existe uma *lógica social da família tradicional* que é baseada na formação nuclear pai-mãe-filhos (estes últimos geralmente compostos por um menino e uma menina⁵), seguindo uma lógica heteropatriarcal burguesa⁶, que especifica e direciona papéis sociais fixos para homens e mulheres em sociedade do homem-pai-esposo provedor, da mulher-mãe-esposa dona de casa, responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, baseada no “amor” que tudo suporta, sustentado pelo papel da esposa “guerreira”, resistente aos desafios do cotidiano.

Identificamos também uma *lógica política antigênero*, que surge como reação aos avanços em matérias de direitos sexuais e reprodutivos, e que tem uma *dimensão beatífica* fundamentada pela lógica social anterior da *família tradicional*, sendo inserido o “amor” heteronormativo homem-mulher (dimensão afetiva) como a base cristã daquele núcleo que gera “frutos” inocentes (as crianças), que na lógica anti-gênero devem ser

5 Em um ideal de binarismo de gênero, bem como de complementaridade homem/mulher, os filhos também seguem como regra a dupla menino-menina, o “casal” de crianças (PINTO, 2015).

6 De acordo com Pinto (2015), toda religião apresenta normas quanto à sexualidade e seu exercício. Para a maioria das religiões cristãs, a regra é a procriação e a monogamia. O autor argumenta que a família é regulamentada pela religião e também por outras esferas, como a economia, que dita os códigos modernos. Nesta lógica, um componente da família será o responsável pelo sustento (o homem) e alguém ficará para edificar o lar e cuidar dos filhos (a mulher): o patriarcado teria se desenvolvido, lenta e progressivamente através das necessidades diferentes entre gravidez/parto e caça/pesca.

protegidas das pretensões feministas e marxistas. Note-se que a *lógica política antigênero* está atrelada indispensavelmente à *lógica social da família tradicional*, uma vez que a possibilidade do *gozo* se estabelece a partir desse núcleo familiar, em que o casamento e a gravidez possibilitam a plenitude dos sujeitos (sobretudo da mulher). Por sua vez, a *dimensão horrífica* dessa lógica se estrutura em tudo aquilo que possa “ferir” e “destruir” esta família que o discurso expressa como “imaculada”, por exemplo: o divórcio, os métodos contraceptivos, expressões afetivo-sexuais fora da cisheteronormatividade, relações sexuais sem intuito de reprodução (sem penetração, sexo anal ou oral), masturbação, aborto (o epíteto da “destruição de uma vida inocente”), etc. Não à toa, a *lógica política antigênero* mobiliza discursos que possam causar *angústia* nos sujeitos, como a “destruição da família”, “não mexa com meus filhos”, “menino nasce menino e menina nasce menina”; o *pânico moral* impulsiona o medo da não realização do *gozo* (a família “perfeita” cristã), enquanto que a *dimensão beatífica* aplacaria ou minimizaria essa *angústia*.

Por conseguinte e não menos importante, identificamos a *lógica fantasmática da reengenharia social*, difundida por ativistas antigênero como Scala (2015) que creem numa possível destruição e constituição de um cenário distópico da sociedade, a partir de uma suposta doutrinação, imposição, ou instauração de uma *ditadura feminista* ou até mesmo *gayzista*. Esta última *lógica fantasmática de reengenharia social* amplia e se relaciona com as duas primeiras lógicas (da *família tradicional* e da política *antigênero*). Por conseguinte, sua dimensão beatífica abrange os discursos das lógicas anteriores, uma vez que “as narrativas fantasmáticas também são negociadas e disseminadas socialmente e desempenham uma função primordial na constituição dos sujeitos individuais e coletivos” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018, p. 78).

A disputa discurativa sobre homossexualidade(s) no campo religioso/político condiz com a disputa em torno dos sentidos que estruturam aspectos de discursividade sobre o que é família, organização social, papéis de gênero, como e para onde caminha a educação. Sendo assim, enquanto compreensão de como as igrejas inclusivas podem representar discursos antagônicos aos grupos anti-gênero a partir de suas concepções (ideologias) de gênero e sexualidade e de educação, compreendemos e elaboramos como análise-explicativa-crítica o movimento de três lógicas sociais que operam na contribuição de processos de identificação de sujeitos-membros de comunidades cristãs e LGBTQIA+.

O significado hegemônico de homossexualidade tem sido compreendido pela prática de grupos (neo)conservadores como fonte de diversas formas de violência contra a comunidade LGBTQIA+, promovendo enquanto fenômeno religioso aspectos em torno de uma “Lógica Social da Transferência”. Isto porque este conjunto de práticas sociais apreende aspectos de estruturas, símbolos e significados de igrejas tradicionais que são transferidas/deslocadas pelos sujeitos-membros em caráter de conservação/proteção da fé.

A “Lógica Social da Distinção” constituiu em nossa pesquisa um conjunto de práticas religiosas/discursivas das igrejas inclusivas que se distinguem das práticas mais tradicionais, tendo como “ponto nodal” (LACLAU; MOUFFE, 2015; OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013) dessas articulações a concepção homossexualidade(s) como parte das práticas religiosas cristãs. A Lógica Social da Distinção demonstrou estar diretamente relacionada com a teologia inclusiva, sendo essa a principal referência que distingue esta Lógica da apresentada anteriormente. A Lógica Social da Distinção atua na aceitação de pessoas LGBTQIA+ e no conjunto de possibilidades previamente admitidas ao acolhimento do que é estranho, alheio e até então excluído do reino de Deus.

A “Lógica Social da Restituição Cristã” foi operacionalizada na análise por compreender que quando a pessoa LGBTQIA+ se inscreve em um campo de práticas acolhedoras, inclusivas e valorativas de sua *persona*, aceitando os preceitos e a ordenação da comunidade cristã, reafirmando significados em torno do que é uma igreja inclusiva, a experiência e vivência do sujeito tensiona os limites de sua inscrição enquanto membro(as) da igreja inclusiva. Aqui foi possível perceber que não há apenas a reprodução direta de práticas consideradas (neo)conservadoras, tradicionais, (neo)fundamentalista cristã quando no momento de inscrição na comunidade da igreja inclusiva, mas ocorre também o entendimento de que “a religião é “produto e produtora de representações e dispositivos reguladores da sexualidade (FOUCAULT, 1999)”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pudemos perceber com a construção deste trabalho foi que diferentes nuances do campo discursivo “ideologia de gênero” apresentam aspectos de constituição das “fronteiras fictícias” no que diz respeito à relação entre gêneros, sexualidades e religião. Pudemos também deslocar os tensionamentos dos limites em torno da prática de pertencimento

da comunidade LGBTQIA+ às igrejas inclusivas por meio de atos de fé que, por sua vez, não deixam de ser políticos, para pensar como práticas educativas de espaços não escolares desenvolvem sentidos compartilhados que reelaboram embates hegemônicos em torno da “ideologia de gênero”.

Sendo assim, também compreendemos que dentro dessas disputas, as “igrejas inclusivas” podem ser localizadas conforme Glynos e Howarth (2018) como um “regime de práticas” que não escapa dos tensionamentos históricos em torno das questões de gênero(s) e sexualidade(s), já que o discurso religioso tem sido arma fundamental de argumentação (neo)conservadora no Brasil em torno dos debates, conteúdos e discussões em torno das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. O diálogo entre gênero, sexualidade, religião e educação não deve ser evitado, sobretudo entre os/as teóricos/as de educação sexual, uma vez que, segundo Pinto (2015), estes/as ainda dão pouca importância à articulação das temáticas (bem como parte do meio acadêmico), desconsiderando a relação entre o político e o religioso na mobilização de determinados grupos sociais bem como na constituição das próprias práticas sociais. Mais que isso, os estudos sobre subjetividades, por exemplo, são caminhos ricos e estratégicos para a compreensão de como a esfera religiosa-espiritual se faz presente (ou ausente) nas negociações do que é a vida humana, do que é a educação e do próprio político como ontologia do social.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Discurso; Hegemonia; Religião.

REFERÊNCIAS

CORREA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en américa latina: brasil – ¿la catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.** Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Éditions Gallimard, 13. ed. 1999.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory.** London: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. Explicação crítica em Ciências Sociais: a abordagem das lógicas. Tradução: Priscila Campos Ribeiro e Bruno Silva Godoy. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. (org.) **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE. 2018. p. 53-104.

HAMLIN, Cynthia Lins. **IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS SE**. Sociologia & Antropologia [online]. 2020, v. 10, n. 3.

KROSKA, Annie. **Gender ideology and gender role ideology**. In: RITZER, George. (Ed.). The Blackwell Encyclopedia of Sociology. Oxford: Blackwell Publishing. p.1867-1868, 2007.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática e radical. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Júnior. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa**. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza de. (org.). A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: Editora Universitária, 2018, p. 133-168.

NETO, Filinto e CAMPOS, Gabriela. **O Impacto do Neoliberalismo na Educação Brasileira**. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADES E EDUCAÇÃO – SIRSSE, 12., 2017. Paraná. Anais... Eletrônicos do XIII Congresso Nacional de Educação . Paraná: PUCPress - Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 7636-7647.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 16-25, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, G. G. S. de. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S.

de. (org.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2018. p. 169-216.

OLIVEIRA, G. G.; OLIVEIRA, A. L.; MESQUITA, R. G. de. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez., 2013.

PINTO, Ênio Brito. **Orientação sexual: como ensinar sexualidade aos jovens dialogando com sua religião**. São Paulo-SP: Ideias & Letras, 2015.

SCALA, J. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis, 2011. 200 p.

SILVA, S. V. de P. **IDEOLOGIA DE GÊNERO E SEUS SENTIDOS: EMBATES HEGEMÔNICOS ACERCA DO ENSINO E DISCUSSÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO**. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 400–426, 2020.

SILVA, S. V. de P., ALMEIDA, J. A. de, DIAS, P. K. G. (2021). Muito além do Arco-íris: homossexualidade(s) e diversidade sexual em práticas discursivas em torno de uma Igreja Inclusiva da cidade do Recife-PE. **Revista Periódicus**, 1(14), 124–159. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revista-periodicus/article/view/37715>. Acesso em 26 set 2021.